

SECÇÃO: Destaque

Anuário Financeiro dos Municípios garante

Castelo Branco com a melhor gestão

Castelo Branco é uma das Câmaras municipais que pratica uma melhor gestão em Portugal. Os dados são do Anuário Financeiro dos Municípios, que coloca a autarquia albicastrense na quarta posição, entre 308 câmaras. Idanha-a-Nova surge entre os melhores 50.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, desenvolvido por docentes das Universidades do Minho e de Coimbra do Instituto Politécnico do Cavado e Ave, consideram que a Câmara de Castelo Branco foi aquela que desenvolveu uma das melhores políticas de gestão em todo o país. No ranquing nacional, entre 308 municípios, Castelo Branco aparece em quarto lugar absoluto e no segundo entre autarquias com a mesma dimensão, num estudo relativo ao ano de 2006, e que acaba de ser apresentado publicamente. Do Distrito de Castelo Branco, apenas o município de Idanha-a-Nova surge entre os melhores 50, na 45ª posição e em 6º lugar entre autarquias da mesma dimensão.

Joaquim Morão, presidente da autarquia, considera que a classificação obtida como o resultado de actos de boa gestão. “Os indicadores que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas divulgou vão ao encontro daquilo que temos feito. A Câmara de Castelo Branco tem como preocupações fundamentais administrar aquilo que nos é colocado ao dispor, cumprir pontualmente os nossos compromissos, e rentabilizar o mais possível os recursos da autarquia. E esta política está a dar os seus resultados”.

Castelo Branco surge atrás dos municípios de Mafra, Cascais e Matosinhos, mas apenas Mafra tem uma dimensão idêntica ao concelho albicastrense. O presidente da Câmara adianta “que os resultados do nosso trabalho estão reflectidos nos dados que os especialistas agora tornaram públicos. A nossa autarquia tem conseguido o máximo de receitas do exterior, tem administrado bem os seus meios, e faz uma gestão eficaz. Além disso, temos diminuído significativamente as despesas correntes e isso tem permitido aumentar as despesas de investimento. Portanto, os resultados agora divulgados deixam-nos satisfeitos pois vêm tornar público aquilo que é a nossa gestão”.

Joaquim Morão lembra que “os portugueses começam a apreciar, cada vez mais, as boas práticas de gestão na administração pública”. O autarca está satisfeito por “os resultados terem sido tornados públicos”, e sublinha que “os dados não traduzem um aspecto importante que é o aumento do património da Câmara”.

Já Armindo Jacinto, vice-presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, refere que os resultados obtidos “demonstram o rigor e a aplicação financeira da autarquia e vai ao encontro daquilo que temos feito, no sentido de fazer investimento no concelho, preparando o futuro”. Aquele responsável diz que “os dados agora divulgados são uma boa divulgação para a autarquia, numa altura em que se estão a negociar apoios no âmbito do QREN, já que se traduzem em garantias da própria Câmara, no que respeita às práticas de boa gestão”.

Anuário avalia

gestão

O anuário desenvolvido pelos docentes João Carvalho (Universidade do Minho e presidente do Politécnico do Cavado e Ave), Maria José Fernandes (Politécnico Cavado e Ave) e Susana Jorge (Universidade de Coimbra), teve como objectivos “não só analisar a conformidade e fiabilidade das contas dos municípios portugueses com os requisitos do novo sistema de prestação de contas preconizado pelo POCAL, mas também analisar a eficiência na utilização dos recursos financeiros”.

O documento, a que o Reconquista teve acesso, teve em conta diversos critérios, a saber: Índice de conformidade com o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais; Dependência financeira; Recurso a empréstimos bancários; Dívidas a fornecedores; Endividamento líquido e endividamento bancário; Execução da receita cobrada; Líquidez; Saldo Corrente; Passivo Exigível e Resultados Líquidos.

Os autores do estudo revelam que ao contrário do que sucedeu com o Anuário de 2005, neste estavam criadas as condições para a elaboração de um ranking global. “Entendemos estarem reunidas as condições para ser apresentado um primeiro ranking global, embora com algumas limitações como o facto de serem analisadas as contas individuais dos Municípios uma vez que ainda não existem contas consolidadas, isto é, as contas dos municípios agregando; ou o facto de alguns municípios apresentarem um índice de cumprimento do POCAL bastante reduzido pode distorcer alguns dos indicadores

Aqueles responsáveis justificam que “para a elaboração de um primeiro Ranking dos municípios seleccionaram-se 10 indicadores que se entenderam ser os que melhor avaliam a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios. Para cada indicador foi atribuída uma pontuação de 10 pontos aos 25 melhores municípios, 9 do 26º ao 50º, 8 do 51º ao 75º e assim sucessivamente. Deste modo foram pontuados 250 municípios por cada indicador.

Os autores do estudo afirmam que da observação do Ranking, “uma conclusão parece sobressair relativamente às características dos municípios que nele figuram. Este ranking é largamente dominado pelos municípios de média dimensão, com 30 dos 50. Os de grande dimensão são 12 e os de pequena dimensão são apenas 8. Além disso, todos os de pequena dimensão aparecem depois da 30ª posição. Isto sugere claramente que há uma relação entre a dimensão e a apreciação global, parecendo haver um nível óptimo que se situa nos municípios de média dimensão, situação que no próximo anuário analisaremos com mais rigor científico uma vez que teremos 3 anos consecutivos de análise da totalidade dos municípios”.

Por: [João Carrega](#)